

O novo método histórico-comparativo e seus aportes à ciência política e à administração pública

Octavio Amorim Neto

Fundação Getúlio Vargas / Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
Rio de Janeiro / RJ – Brasil

Júlio César Cossio Rodriguez

Universidade Federal de Sergipe / Departamento de Relações Internacionais,
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
São Cristóvão / SE – Brasil

Neste manuscrito, procuramos identificar os aportes do novo método histórico-comparativo à ciência política e à administração pública. Tentamos contribuir com o fortalecimento das pesquisas de orientação qualitativa dessas duas disciplinas no Brasil, ao mostrar como os recentes avanços daquele método podem gerar ganhos analíticos por meio do estabelecimento mais preciso de condições causais e da utilização dos testes associados ao chamado *process tracing*. Para dar conta desse objetivo, o trabalho, em primeiro lugar, dissecou os principais elementos do referido método. Depois, relemos e, por assim dizer, reorganizamos *Sessenta e quatro: anatomia da crise*, livro clássico de Wanderley Guilherme dos Santos, à luz dos preceitos do referido método. Em seguida, também relemos e reorganizamos alguns estudos sobre a política externa argentina sob a mesma luz. Destacamos os ganhos gerados pela aplicação disciplinada do método histórico-comparativo. Na conclusão, identificamos as potencialidades e limitações do método, oferecendo também considerações a respeito da importância que sua aplicação pode ter para a ciência política e a administração pública brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: método histórico-comparativo; mapeamento de processos; condições causais; política brasileira; política externa argentina.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612156950>

Artigo recebido em 23 nov. 2015 e aceito em 13 jul. 2016.

Os autores agradecem os excelentes comentários feitos por dois pareceristas anônimos e por Andrés Malamud, Mariana Borges, Gregory Michener e Débora Thomé às versões anteriores do artigo. Os autores agradecem o apoio do CNPq.



El nuevo método histórico-comparado y sus aportes a la ciencia política y a la administración pública

En este manuscrito, buscamos contribuir al fortalecimiento metodológico de la ciencia política y de la administración pública de orientación cualitativa en Brasil, mostrando cómo los recientes avances del nuevo método histórico-comparativo pueden generar ganancias analíticas a través del establecimiento más preciso de las condiciones causales y el uso de los criterios de evaluación asociados a lo llamado *process tracing*. Para alcanzar este objetivo, el trabajo, en el primer lugar, analiza los principales elementos de este método. Luego leemos y, por así decirlo, reorganizamos *Sessenta e quatro: anatomia da crise*, libro clásico de Wanderley Guilherme dos Santos, a la luz de los preceptos de ese método. En seguida, también releemos y reorganizamos algunos estudios sobre la política exterior argentina bajo la misma luz. Destacamos las ganancias generadas por la aplicación disciplinada del método histórico-comparativo. En la conclusión, identificamos el potencial y las limitaciones del método y ofrecemos consideraciones acerca de la importancia que su aplicación puede tener para la ciencia política y la de administración pública de Brasil.

PALABRAS-CHAVE: método histórico-comparativo; rastreo de procesos; condiciones causales; política brasileña; política exterior argentina.

The new comparative-historical method and its contributions to political science and public administration

This article seeks to identify the contributions that the new comparative-historical method has made to political science and public administration in Brazil. By showing how recent advances in this new historical-comparative method can generate analytical gains through a more precise establishment of causal conditions, and through the use of tests associated with process tracing, the article hopes to contribute to the strengthening of the qualitative-based research of these two disciplines in Brazil. To achieve this, the paper begins by dissecting the main elements of this method. It then reviews, and reorganizes, as it were, the classic work entitled *Sessenta e quatro: anatomia da crise* (Sixty-four: anatomy of the crisis) by Wanderley Guilherme dos Santos, in light of the method's main tenets. The paper also reviews and reorganizes a number of studies on Argentina's foreign policy in the same light and highlights the gains that can be generated by the disciplined application of the historical-comparative method. In the conclusion, the potential and the limitations of the method are identified, and some final considerations are made with regard to the importance that its application could have to Brazil's political science and public administration.

KEYWORDS: comparative-historical method; process tracing; causal conditions; Brazilian politics; Argentina's foreign policy.

A última década assistiu a um enorme progresso do método histórico-comparativo, progresso liderado pelos trabalhos de David Collier, Tulia Falletti, Alexander George, Gary Goertz, James Mahoney e Charles Ragin, entre outros. Ainda que tal método seja o mais tradicional das ciências sociais, esses autores têm se esforçado para dar-lhe um grau de formalização sem precedente (Goertz e Mahoney, 2012; Mahoney, Kimball e Koivu, 2009; Mahoney e Vanderpoel, 2015). Trata-se, portanto, de uma grande oportunidade para a ciência política e a adminis-

tração pública brasileiras, dada sua majoritária vocação qualitativa, mas raramente apoiada em sólidas bases metodológicas (Barboza e Godoy, 2014; Cano, 2012; Hocayen-da-Silva et al. 2008; Neiva, 2015; Peci e Fornazin, no prelo; Soares, 2005).¹ Além disso, os avanços do método histórico-comparativo têm se dado em estreito diálogo com a tradição quantitativa, o que facilita enormemente a compreensão daquela pelos adeptos desta, permitindo, em algumas circunstâncias, a combinação de diferentes “culturas de pesquisa”, para usar a expressão cunhada por Goertz e Mahoney (2012).

Inspirados por esse profícuo debate, neste manuscrito discutimos as opções metodológicas de um livro clássico sobre a política brasileira e de trabalhos recentes sobre a política externa argentina, procurando lê-los por meio das inovações do método histórico-comparativo. São, portanto, dois os nossos objetivos: (1) enfatizar o valor daquele método para os cientistas políticos e administradores públicos brasileiros, e (2) mostrar que ele tem sido implicitamente utilizado por vários autores e que sua adoção explícita e sistemática pode aprimorar a qualidade dos trabalhos de cunho qualitativo que investigam um ou poucos casos nacionais.

Dito isso, resenhamos *Sessenta e quatro: anatomia da crise*, de Wanderley Guilherme dos Santos (1986), e alguns artigos que buscam identificar as condições causais subjacentes a mudanças na política externa argentina (doravante, PEA). A partir das resenhas, tentaremos hierarquizar causas e condições com base nos preceitos do método histórico-comparativo (doravante, MHC).

A escolha do livro de Santos decorre do fato de ser um estudo de caso cuidadosamente elaborado conceitual e empiricamente, aspectos vitais do MHC. Além disso, a obra analisa a política brasileira, profundamente conhecida pelos politólogos e administradores públicos do país, o público-alvo do manuscrito, maximizando nossa capacidade de persuasão. Já a escolha de estudos sobre a PEA tem a ver com o desejo de cativar a atenção dos internacionalistas e estudiosos de políticas públicas, com a preocupação de não ser a cobertura empírica do manuscrito exclusivamente paroquial, e com a natureza do debate acadêmico sobre o assunto. Quanto a esse último aspecto, convém notar que alguns analistas da ação internacional de Buenos Aires consignam aos presidentes e à política doméstica o papel de causas principais de mudanças na PEA (Malamud, 2005, 2011). Já Roberto Russell e Juan Tokatlian (2003, 2014) afirmam ser a busca pela autonomia, em oposição à dependência, o norte da PEA, seja em relação ao Brasil, seja em relação aos EUA. Aí está um debate que procuraremos organizar por meio do MHC.

¹ Seguimos Fadul e colaboradores (2014:1336) na definição do campo da administração pública no Brasil: “Investigação em administração pública não se restringe aos estudos da gestão de organizações governamentais e/ou das ações do setor público, mas envolve conceitos e aplicações relacionados com o Estado e a sociedade civil. A partir dessa dimensão — Estado e sociedade — que conforma o espaço público, alguns temas de interesse foram estruturados em torno do objeto Estado: papéis, estratégias, estruturas, atores, processos, relações e poder, e das suas transformações a partir de crises e reformas”. Como se verá a seguir, o novo método histórico-comparativo se aplica muito bem a esses temas.

Além de possibilitar um rico diálogo entre distintas abordagens, a aplicação do MHC justifica-se também em virtude de alguns temas emergentes no campo da administração pública. As comparações históricas usadas para a análise de ciclos de mudanças na administração pública têm sido preconizadas por estudiosos da área, como mostram Berzelay e Gallego (2010:210), os quais fazem tal uso em intenso diálogo com os capítulos publicados em Mahoney e Rueschemeyer (2003). Compreender esses ciclos depende da percepção sobre o processo de decisão política ao longo do tempo. Outro exemplo de uso do MHC é dado pelos estudos de autoria de Falleti (2005, 2010) sobre a descentralização da administração pública e as políticas de educação e saúde na América Latina. Além desses, destacamos também a relevância que a comparação histórica tem para o estudo de mudanças institucionais, uma agenda de pesquisa vital para a administração pública. Como mostram Mahoney e Thelen (2009), o MHC trata as sequências temporais como condições explicativas de tais mudanças.

O intuito de fortalecer os tradicionais laços entre história e ciências sociais está na raiz dos avanços recentes do MHC, laços que haviam sido amplamente enfraquecidos pela fulminante ascensão dos métodos quantitativos a partir da década de 1970. O MHC procura dar conta desse objetivo por meio de uma precisa elaboração de conceitos, do recurso permanente à lógica, da ênfase em mecanismos e processos causais e sequências históricas, da grande preocupação com o contexto dos processos políticos e da comparação de um número relativamente pequeno e criteriosamente escolhido de países. Esse programa de pesquisa não implica abdicar de ambições explicativas. O MHC é, portanto, positivista, uma vez que busca explicações causais (Cano, 2012:96). Porém, almeja apenas fazer generalizações contingentes (George e Bennett 2005:31-32). Por último, o MHC não exclui a utilização de dados e métodos quantitativos. Muito pelo contrário, em várias instâncias, a complementaridade é possível e desejável (George e Bennet, 2005; Lieberman, 2005; Ragin, 2008; Rezende, 2014; Rohlfing, 2008).

Portanto, é a partir do reconhecimento da relativa fragilidade metodológica da tradição qualitativa — e da necessidade de superar tal debilidade — da ciência política e da administração pública brasileiras que propomos, neste artigo, aplicar o MHC à política brasileira e à PEA. O texto se divide em mais quatro seções. A próxima elenca as principais características do MHC a partir dos trabalhos de Falleti e Lynch (2009), Mahoney (2008), Mahoney, Kimball e Koivu (2009), Mahoney e Rueschemeyer (2003), Braumoeller e Goertz (2000), Goertz e Starr (2003) e Levy e Goertz (2007). Na seção seguinte, lemos o livro de Wanderley Guilherme dos Santos à luz dos preceitos do MHC. A quarta seção tenta organizar alguns estudos da PEA sob a mesma luz. Na última seção, identificamos as potencialidades e as limitações da aplicação desse método, oferecendo também considerações a respeito da importância que a aplicação do MHC pode ter para a ciência política e a administração pública brasileiras.

1. O método histórico-comparativo (MHC) aplicado às ciências sociais

O uso do MHC não é novo, remontando, segundo Mahoney e Rueschemeyer (2003:3), ao século XIX. As análises de Karl Marx, John Stuart Mill e Alexis Tocqueville podem ser considera-

das os primeiros passos desse método. Posteriormente, Max Weber e Marc Bloch desenvolveram análises políticas com base em processos históricos. Porém, o método se notabilizou por conta dos estudos sociológicos de Barrington Moore Jr., Theda Skocpol e Charles Tilly. Entre suas preocupações centrais, estão o delineamento de processos históricos específicos (revoluções, a democratização e a formação dos estados), a conceituação dos principais atributos destes e a identificação das condições explicativas dos resultados em tela. Encontrar as causas de um relevante resultado ou fenômeno político a partir da observação de processos históricos é o fim que tem como meio a aplicação do MHC. E aqui se encontra uma das mais importantes diferenças entre a MHC e o método quantitativo baseado na análise de regressões multivariadas (doravante, MRM): enquanto o primeiro se preocupa com as causas de consequências, o segundo procura entender sobretudo as consequências de causas (Mahoney, 2010).

Por exemplo, uma questão típica dos adeptos do MHC seria a seguinte: vários países latino-americanos tiveram movimentos revolucionários entre as décadas de 1950 e 1980, porém poucos resultaram em revoluções bem-sucedidas. Por quê? Quais foram as condições para o êxito de movimentos revolucionários na região ao longo daquele período? (Wickham-Crowley, 1991). Por sua vez, uma linha de pesquisa típica dos adeptos do MRM seria avaliar qual é o impacto da fragmentação partidária na estabilidade dos governos parlamentares. Note-se que a resposta a ser dada à questão típica do MHC implicará uma generalização contingente à região e ao período em tela. Já a resposta a ser dada à pesquisa típica da MRM se valerá, muito provavelmente, de uma terminologia mais universal: quanto mais fragmentado o sistema partidário, menos duráveis são os gabinetes das democracias parlamentares.

Outra diferença fundamental entre o MHC e o MRM reside no fato de que as noções de variáveis independentes, intervenientes e dependentes não são perfeitamente adequadas ao primeiro. No lugar das variáveis explicativas, entram as condições explicativas, mais afeitas à presunção de possibilidade do que de determinação. Mahoney, Kimball e Koivu (2009) definem cinco tipos de causas ou condições: (a) a necessária, mas não suficiente, (b) a suficiente, mas não necessária, (c) a necessária e suficiente, (d) Suin, e (e) Inus. Tratamos de defini-las a seguir.

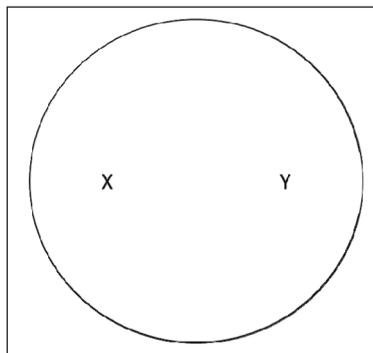
O primeiro passo do MHC é a identificação das causas principais (ou suficientes), as quais devem dialogar com as condições necessárias (Levy e Goertz, 2007). Encontrar as condições necessárias diz respeito à presença ou ausência do resultado que se quer explicar. “Uma causa necessária implica a proposição segundo a qual um resultado não teria ocorrido na ausência dela, mas também que sua presença não bastaria para garantir o resultado” (Mahoney, Kimball e Koivu, 2009:118). Conforme esses autores, a ausência da condição X produz efeitos mais fortes do que sua presença. De maneira complementar, Mahoney (2008:6) cita a obra clássica de Barrington Moore Jr. (1966) para exemplificar as condições necessárias. Moore Jr. afirma que “*no bourgeoisie, no democracy*”. Assim, a burguesia funciona como condição necessária da democracia. Sua ausência impede a emergência de democracia. Porém, sua presença pode ou não significar a transição de um regime autoritário para um de cariz democrático. Portanto, a definição de uma condição necessária pode ser também a seguinte: “Se não há X, então, não há Y”. Na linguagem da teoria dos conjuntos, X é uma condição necessária de

Y, se Y for um subgrupo de X (Mahoney, Kimball e Koivu, 2009:118). Ou seja, as condições necessárias são condições, por assim dizer, capacitadoras, mas não garantidoras, do resultado que se quer explicar.

A definição de condição suficiente é o inverso da de condição necessária, pois sua presença garante a concretização ou a consumação do resultado que se deseja explicar. Implica dizer que tais condições são mais raras nas ciências sociais, pois a presença delas significa a existência do resultado. Logo, se há X, então, há Y. X é uma condição suficiente de Y, se X for um subgrupo de Y (Mahoney, Kimball e Koivu, 2009:121). Ou seja, enquanto o resultado Y está contido dentro da condição necessária, a condição suficiente está contida dentro do resultado.

Passando às causas necessárias e suficientes, estas dizem respeito às condições que influenciam da mesma forma o mesmo subgrupo. Segundo Mahoney e Vanderpoel (2015), X é uma causa necessária e suficiente de Y, se o conjunto de X for o mesmo de Y. Essa lógica pode ser mais bem compreendida com a utilização de diagramas de Venn, como sugerem diversos autores (Goertz e Mahoney, 2012; Mahoney, Kimball e Koivu, 2009; Mahoney e Vanderpoel, 2015). Como ressaltam Mahoney, Kimball e Koivu (2009), exemplos desse tipo de causa são raros nas ciências sociais, mas pode-se perceber na figura 1 como ela é representada.

Figura 1
Diagrama de Venn de uma causa
necessária e suficiente



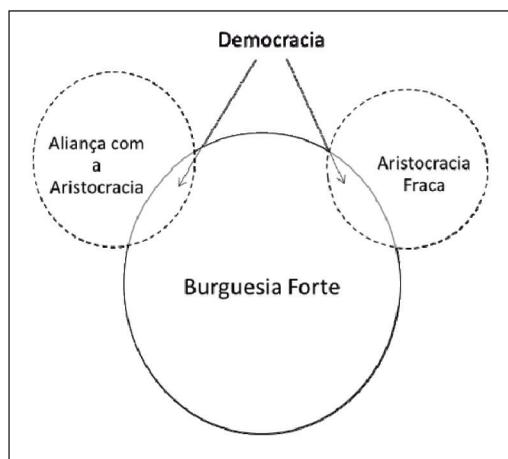
Fonte: Adaptada de Mahoney, Kimball e Koivu (2009).

Convém destacar que as condições necessárias, suficientes, e necessárias e suficientes têm um efeito mais forte sobre o resultado que se quer explicar, sendo, portanto, mais raras nas ciências sociais.

Por seu turno, as condições encontradas com mais frequência são as chamadas Inus e Suin. As siglas representam abreviaturas de seus significados em inglês. Assim, Inus é uma “parte insuficiente, mas necessária, de uma condição que é ela mesma não necessária, mas suficiente para o resultado” (Mahoney, Kimball e Koivu, 2009). Ou seja, uma condição Inus

não é nem necessária nem suficiente. Trata-se da contribuição de um fator a uma combinação de fatores que constitui uma causa suficiente. Mahoney, Kimball e Koivu (2009) valem-se novamente de Moore Jr. para exemplificar essa condição causal. Moore Jr. propôs que as trajetórias históricas conducentes à democracia dependem de uma burguesia forte e de uma aristocracia que, ou tenha se aliado à burguesia (o que corresponde à trajetória da Inglaterra), ou tenha sido politicamente enfraquecida (a trajetória da França). Dessa forma, a burguesia forte é uma condição necessária à emergência da democracia, enquanto uma aristocracia aliada à burguesia ou uma aristocracia politicamente enfraquecida seria uma Inus. Tomando-se o caso da Inglaterra, pode-se dizer que a condição suficiente para sua democratização foi a aliança de classes entre uma burguesia forte e a aristocracia. A aristocracia propensa a uma tal aliança foi uma parte necessária de uma condição suficiente para a democratização do país. A seguir, a representação diagramática desse tipo de condição.

Figura 2
Diagrama de Venn de uma causa Inus



Fonte: Adaptada de Moore Jr. (1966).

Passando à condição Suin, trata-se da abreviação de uma causa que é parte suficiente, mas não necessária, de um fator que é insuficiente, mas necessário, para um resultado (Mahoney, 2008:7-8). As condições do tipo Suin produzem, portanto, efeitos indiretos. O exemplo utilizado por Mahoney, Kimball e Koivu (2009) é extraído do livro de Russett (1994) sobre as causas da guerra e da paz. De acordo com esse autor, numa contenda entre dois países, o fato de um deles ter um regime não democrático é uma condição necessária para a eclosão de uma guerra entre eles. Todavia, regimes não democráticos têm vários elementos, como eleições fraudulentas, altos níveis de repressão e amplos setores da sociedade sem direito ao voto. Cada um desses elementos é uma causa Suin da guerra, pois, tomado individualmente, não é nem necessário nem suficiente para fazer eclodir um conflito bélico. No entanto, cada elemento é um dos vários fatores que constituem um regime não democrático, o qual, por sua vez, é

uma causa necessária para o resultado que se deseja explicar, a guerra (Mahoney, Kimball e Koivu, 2009:126). Assim, eleições fraudulentas são suficientes para que um regime não seja democrático. Regimes não democráticos são necessários para a eclosão de uma guerra entre dois países. Portanto, eleições fraudulentas são uma causa do tipo Suin da guerra. Fica claro, portanto, o caráter indireto do impacto de eleições fraudulentas sobre a eclosão de guerras. Note-se também que as eleições fraudulentas fazem parte do “subgrupo” relativo aos regimes não democráticos, isto é, estão contidas nele. Ser parte do subgrupo é um dos critérios diferenciadores das condições Suin.

Uma vez definidas as principais condições propostas pelo MHC, cabe agora discutir um dos principais instrumentos para sua identificação — o *process tracing* ou mapeamento de processos. Segundo Collier (2011a:824), trata-se de uma ferramenta analítica para fazer inferências descritivas e causais a partir de uma série de evidências que permite a identificação de uma sequência temporal de eventos constitutivos de um fenômeno que se quer explicar. Portanto, o mapeamento de processos é fundamental para o estabelecimento de mecanismos causais (Falleti e Lynch, 2009), aspecto-chave do MHC.

Enquanto variáveis são atributos observáveis das unidades de análise — [...] — os mecanismos são conceitos relacionais. Eles residem acima e fora das unidades em questão e explicam a ligação entre *inputs* e *outputs*. Os mecanismos descrevem as relações ou as ações entre as unidades de análise ou nos estudos de caso. Os mecanismos contam como as coisas acontecem: como os atores se relacionam, como os indivíduos passam a acreditar no que fazem ou no que extraem de experiências passadas, como as políticas e as instituições permanecem ou mudam, como resultados que são ineficientes se tornam difíceis de reverter [...]. [Falleti e Lynch, 2009:1147]

Outro ponto fundamental de Falleti e Lynch é enfatizar que os resultados gerados por um mecanismo dependem fundamentalmente do contexto em que opera. Por exemplo, sequências distintas dos mesmos tipos de eventos constituem contextos distintos, os quais podem gerar resultados distintos, apesar de o mesmo mecanismo estar em ação em todos os contextos em tela. Assim, Falleti (2005) mostra que os processos de descentralização observados na América Latina nas duas últimas décadas do século XX levaram a resultados diferentes em termos da extensão do poder dos governos nacionais e subnacionais em virtude da sequência em que se efetivou a descentralização. Por exemplo, o processo na Argentina começou com a descentralização administrativa, à qual se seguiu a descentralização fiscal, terminando com a descentralização política. Paradoxalmente, essa sequência levou ao fortalecimento do Poder Executivo central e ao enfraquecimento dos governos subnacionais. Já no Brasil, o processo começou com a descentralização política, à qual se seguiu a descentralização administrativa, terminando com a descentralização fiscal. Essa sequência levou ao esperado fortalecimento dos governos subnacionais e ao enfraquecimento do Poder Executivo central. Nos dois casos, operou o mesmo mecanismo, o de retroação (nossa tradução de *feedback*), o qual, não obstante, gerou resultados distintos em contextos distintos.

Assim como contextos distintos podem fazer com que o mesmo mecanismo analítico gere resultados distintos, um mesmo resultado pode derivar de condições causais distintas em diferentes contextos ou sob diferentes trajetórias. Trata-se da chamada *equifinality*, que será aqui traduzida por um neologismo, “equifinalidade”, na ausência de melhor alternativa. A “equifinalidade” já se encontrava presente na obra clássica de Moore Jr., ao mostrar que diferentes trajetórias históricas conduzem ao mesmo resultado, a democracia. Já Wickham-Crowley (1991) sustenta que diferentes combinações de fatores levaram ao fracasso dos movimentos revolucionários na América Latina na segunda metade do século XX, um resultado comum a vários países da região. A “equifinalidade” é um problema sobretudo para o MRM, dado que tende a postular causas universais para os fenômenos sociais (George e Bennett, 2005:20).

Voltando aos testes associados ao mapeamento de processos, segundo Mahoney (2012), seu valor reside no fato de permitirem que se estabeleça que: (1) um evento ou processo específico tenha ocorrido; (2) um diferente evento ou processo adveio após o evento ou processo inicial; e (3) o primeiro evento ou processo tenha sido a causa do segundo. Nos parágrafos a seguir, precisamos cada um dos quatro testes, seguindo as definições de Van Evera (1997), Collier (2011a) e Mahoney (2012).

Teste sugestivo (nossa tradução de *straw-in-the-wind test*): não oferece nem as condições necessárias nem as suficientes para a validação da hipótese principal advogada por um analista. Um tal teste serve para enfraquecer um pouco as hipóteses rivais e fortalecer um pouco a hipótese principal. Trata-se do teste mais fraco, resumindo-se a uma avaliação inicial da hipótese principal por meio de exemplos meramente sugestivos ou ilustrativos.

Teste básico (nossa tradução de *hoop test*): permite que se identifique a condição necessária, mas não suficiente, da validade de uma hipótese principal. Sua característica-chave é eliminar a hipótese defendida por um autor caso não passe no teste. Quando a hipótese principal passa no teste básico, as hipóteses rivais se enfraquecem em alguma medida. Quando a hipótese sustentada por um analista não passa no teste básico, as hipóteses rivais se fortalecem em alguma medida.

Teste forte (nossa tradução de *smoking gun test*): estabelece as condições suficientes, mas não necessárias, para a validade de uma determinada hipótese. Passar em tal teste confirma a hipótese. Todavia, a reprovação não implica eliminação. Quando a hipótese principal passa no teste forte, as hipóteses rivais se enfraquecem em boa medida. Quando a hipótese principal não passa no teste forte, as hipóteses rivais se fortalecem em alguma medida. Daí a expressão *smoking gun* extraída dos romances policiais: a pessoa encontrada com um revólver fumegante pode ser a culpada pelo assassinato, mas os suspeitos que não carregavam uma arma não podem ser considerados inocentes. Nas palavras de Mahoney (2012:576), os testes fortes tipicamente investigam a existência de rastros para os quais uma causa ou um resultado é uma condição suficiente. Se o analista pode mostrar claramente que um ou mais rastros estão presentes, pode-se inferir seguramente que uma causa ou resultado ocorreu. Os testes fortes são, por sua vez, mais possantes do que os testes básicos.

Teste duplamente decisivo (nossa tradução ao pé da letra de *doubly-decisive test*): esse teste estabelece as condições necessárias e suficientes da validade de uma hipótese, uma vez que a corrobora e, simultaneamente, elimina as rivais. Trata-se do teste mais poderoso entre

os quatro associados ao mapeamento de processos. Todavia, testes duplamente decisivos são muito difíceis de encontrar nas ciências sociais (Bennett, 2010).

O que se costuma fazer nas ciências sociais é combinar testes básicos e fortes, de modo a maximizar as condições de validação e/ou eliminação de hipóteses. Nesse sentido, cumpre destacar que as regras de aplicação dos testes de mapeamento de processo não são rígidas, estando, portanto, abertas a diferentes interpretações.

Por último, convém enfatizar que, de modo geral, os três primeiros testes associados ao mapeamento de processos — sugestivos, básicos e fortes — servem mais para suprimir hipóteses concorrentes do que corroborar, com segurança, a validade da hipótese de interesse do analista. O êxito na supressão de hipóteses, entretanto, depende da clara identificação delas e de como se relacionam com a hipótese de interesse. Segundo Zaks (2011:8), o relacionamento entre as hipóteses pode assumir três modos: (1) a mútua exclusão: a validação da hipótese de interesse invalida a outra; (2) a coincidência: as hipóteses são independentes e a validação de uma pode ou não afetar a da outra; e (3) a congruência: as hipóteses são ligadas e a validação de uma implica a confirmação da outra. Além disso, o modo de relacionamento entre as hipóteses tem a ver também com as teorias de que derivam e com os fenômenos que pretendem explicar. Portanto, há que ter precaução com trabalhos que definem suas hipóteses concorrentes a partir de teorias ecléticas ou menos parcimoniosas, pois os testes básicos podem produzir efeitos nocivos à hipótese de interesse, principalmente porque os modos de relacionamento entre hipóteses derivadas de tais teorias tendem a ser os tipos (2) e (3).

A seguir, aplicaremos os preceitos do MHC e os testes associados ao mapeamento de processos a textos relevantes sobre a política brasileira no pós-Guerra e sobre a PEA nas últimas décadas. Esse exercício procurará destacar os tipos de condições causais encontradas nos trabalhos resenhados, quais são os testes de hipóteses implicitamente realizados pelos autores e como se pode fazer avançar o debate acadêmico pela adoção explícita do MHC.

2. Aplicando o MHC à política brasileira

Começamos o exercício com a obra clássica de Wanderley Guilherme dos Santos, de 1986, sobre o colapso da democracia brasileira em 1964.

Um dos primeiros aspectos do livro a ser destacado é sua preocupação com as principais hipóteses sobre o golpe de março de 1964. Santos (1986:18-22) mostra que o chamado “paradigma clássico da análise social e política brasileira” — as análises centradas no conflito de classes e inspiradas pelo marxismo, as preocupadas com o fenômeno do populismo, as que privilegiam o intervencionismo militar e, por último, as análises que destacam o conflito entre um Executivo progressista e um Legislativo conservador —, quando usado para diagnosticar o golpe militar desfechado naquele ano, é falho porque nenhuma das suas vertentes logra explicar por que a democracia desabou justamente em 1964 e não em 1954 ou 1961, anos em que as causas que supostamente teriam levado ao golpe já estavam em ação. Ou seja, o teste sugerido por Santos estabelece a condição necessária para a validação de sua hipótese sobre a derrocada da democracia no Brasil na década de 1960, a qual veremos em detalhe. Como

discutido, se a hipótese principal satisfaz aquela condição, então, as hipóteses rivais são enfraquecidas em alguma medida. Ou seja, Santos recorre, implicitamente, ao que o MHC chama de testes básicos. Entretanto, estes não são os únicos testes realizados por Santos. Como mostraremos, o autor se vale de testes fortes para demonstrar o núcleo duro da sua tese, a crise de paralisia decisória que marcou o Brasil no começo da década de 1960.

Segundo Santos, rupturas institucionais em regimes democráticos são consequências de crises de paralisia decisória. A paralisia decisória, por sua vez, abre caminho para que alguns grupos procurem romper o impasse existente por meios violentos e pela mudança ilegal das regras do jogo — dito de maneira crua, um golpe.

A questão que se coloca, então, é a seguinte: como se chega a uma situação de paralisia decisória e como ela se desdobra? A paralisia decisória decorre de processos simultâneos de dispersão de preferências, intensificação das mesmas e fragmentação dos recursos políticos, situação que estimula a formação de coalizões de veto *ad hoc* e que dificulta enormemente a formação de maiorias governativas estáveis. Chega-se, assim, a uma posição de equilíbrio político, a partir da qual o sistema político passa a ser caracterizado pelo impasse permanente (Santos, 1986:23-36). Tradução política: a paralisia decisória é fruto do efeito conjugado do aumento de partidos, à esquerda e à direita, em oposição ao governo, da radicalização das suas posições ideológicas e da diminuição do seu tamanho legislativo, e do concomitante aumento do número de partidos existentes.

Sob as circunstâncias descritas, a cooperação se torna mais difícil porque, com a diminuição do tamanho dos partidos, mais partidos são necessários para se formar uma maioria legislativa e, simultaneamente, os partidos têm menos incentivos para cooperar por conta da radicalização de posições. Como a proliferação de partidos de oposição vem, em geral, de mãos dadas com o aumento do número de partidos, pode-se amalgamar os dois processos sob a rubrica de fragmentação. A intensificação de preferências é, no caso, sinônimo de radicalização ideológica. Em suma, segundo Santos, a paralisia decisória é produto de um processo de fragmentação *cum* radicalização. São exemplos de processos de paralisia decisória que levaram ao colapso institucional a crise política francesa na segunda metade da década de 1950, a qual resultou na queda da IV República, e a crise política chilena que se segue à eleição de Salvador Allende em 1970 e desemboca no golpe militar de 1973.

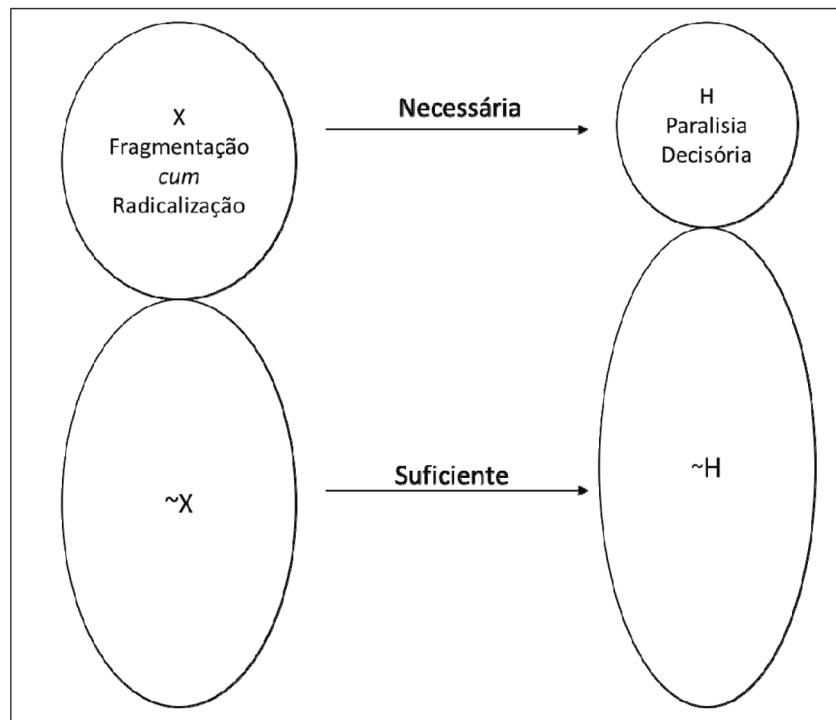
No tocante ao processo de fragmentação *cum* radicalização brasileiro, Santos mostra que, na legislatura de 1946-51, o número efetivo de partidos — medida-padrão de fragmentação — foi de 2,7; na legislatura de 1951-55, 4,1; na de 1955-59, 4,6; na de 1959-63, 4,5; e na legislatura de 1963-64, 4,6. Ou seja, a fragmentação estava no seu nível máximo no ano que antecedeu ao golpe de 1964. Quanto à radicalização, Santos exhibe dados que mostram que, à medida que o Poder Legislativo se fragmentava, mais cadeiras iam para os partidos de direita e esquerda e menos para os partidos de centro-esquerda e centro-direita, configurando uma situação de crescente polarização ideológica (Santos, 1986:76-77).

Note-se também que a noção de crise de paralisia decisória se encaixa na definição de mecanismo causal dada anteriormente, pois oferece um mapa que mostra como se vai do ponto A (uma determinada configuração do jogo político) ao ponto B (o colapso da democra-

cia por um golpe). Trata-se, pois, de algo mais amplo do que o atributo observável de uma unidade de análise.

A seguir, exibimos um diagrama que representa o teste básico realizado por Santos, o qual mostra que a fragmentação *cum* radicalização (X) é necessária para a validação da hipótese sobre a paralisia decisória (H).

Figura 3
Diagramas de Venn sobre um teste básico da tese de Santos (1986)



Fonte: Adaptada de Santos (1986).

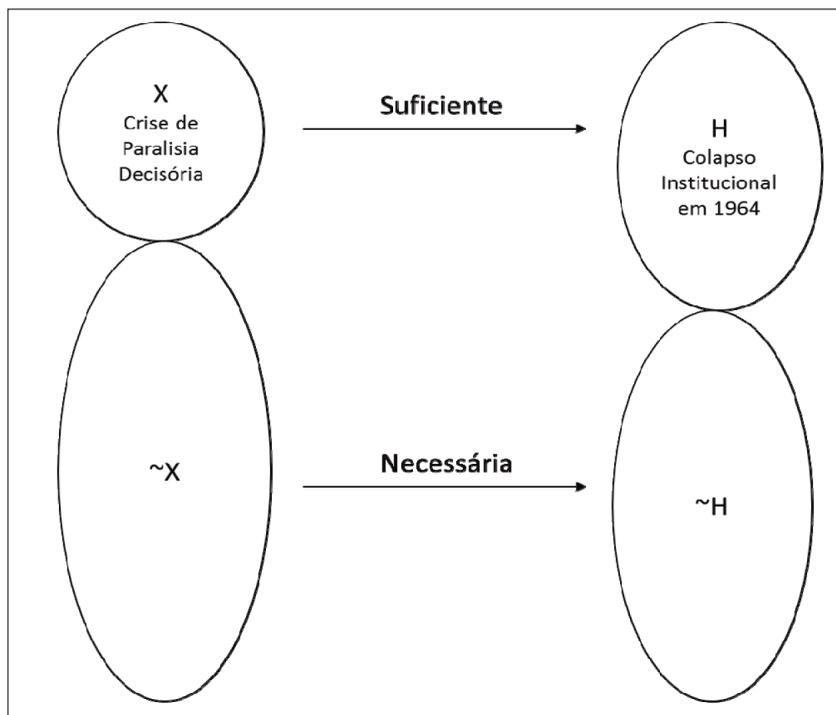
O ganho analítico que se tem com a teoria desenvolvida por Santos *vis-à-vis* o “paradigma clássico da análise social e política brasileira” é a identificação clara das condições sob as quais se dá um processo de paralisia decisória, permitindo, assim, que se façam previsões precisas acerca de quando se deve observar uma ruptura institucional. Ressalte-se que nenhuma das vertentes do paradigma clássico especifica as condições particulares sob as quais um regime democrático deve entrar em colapso, tendo, portanto, menos capacidade analítica para dar conta das causas do golpe de 1964.

Quanto às evidências de paralisia decisória, Santos encontrou fortes vestígios de tal processo no Brasil em 1963, isto é, às vésperas do golpe: a taxa de aprovação de projetos de lei caíra para 0,07 nesse ano, enquanto a mesma taxa havia atingido os valores de 0,13, 0,13,

0,15 e 0,14, em 1959, 1960, 1961 e 1962, respectivamente. Outra evidência de paralisia decisória é a diminuição da estabilidade governamental tal qual medida pela taxa de rotatividade dos ministros em seus cargos. A instabilidade governamental aponta, no seu extremo lógico, para a ausência de governo. Assim, quanto mais instável a permanência dos ministros em seus postos, menos decisões tomam. Sob a presidência de Dutra, a taxa de estabilidade ministerial foi de 0,36; sob Vargas, 0,32; sob Kubitschek, 0,38; e sob João Goulart, 0,13 (Santos, 1986:121).

Todas as evidências reunidas por Santos podem ser consideradas “rastros auxiliares” da sua hipótese relativa ao golpe de 1964 baseada no mecanismo causal chamado “crise de paralisia decisória”. Constituem, portanto, testes fortes que permitem estabelecer as condições suficientes da validade da hipótese de Santos. O que não implica dizer que os ditos rastros são causas suficientes do colapso da democracia, mas, isto sim, partes que, quando operam em conjunto, produzem como resultado a paralisia. Ou seja, funcionam, nesse caso, de acordo com o MHC, como Inus do resultado. Na figura 4 inserimos a representação gráfica do teste forte das hipóteses sobre o Colapso Institucional em 1964 (H), considerando como fator fundamental a crise de paralisia decisória (X).

Figura 4
Diagramas de Venn relativos a um teste forte
aplicado a Santos (1986)



Fonte: Adaptada de Santos (1986).

Em suma, tal qual postulado por Mahoney (2012), Santos procedeu a um mapeamento

de processos, de modo a tentar estabelecer que: (1) um evento ou processo específico ocorra, qual seja, uma crise de paralisia decisória no Brasil no começo da década de 1960; (2) um diferente evento ou processo adveio após o evento ou processo inicial: a ruptura institucional em 1964 do regime democrático iniciado em 1946; e (3) o primeiro evento ou processo foi a causa do segundo: a crise de paralisia decisória causou o golpe.

Algumas evidências usadas por Santos para diagnosticar uma crise de paralisia decisória podem ser concebidas como um teste básico. Ou seja, a observação de um processo de fragmentação *cum* radicalização é condição necessária para se gerar a paralisia decisória. Já a alta instabilidade ministerial e a diminuta produção legislativa são condições suficientes de uma crise de paralisia decisória. Isto é, *são condições suficientes da validade da hipótese de Santos*. Entretanto, a existência dessas duas condições não leva necessariamente à conclusão de que a paralisia decisória é a causa suficiente para o golpe. A crise de 1964, por exemplo, poderia ter sido constitucionalmente resolvida com uma renúncia voluntária do presidente João Goulart ou com um recuo do presidente na implementação das reformas que tanto haviam irritado os partidos e grupos sociais conservadores.

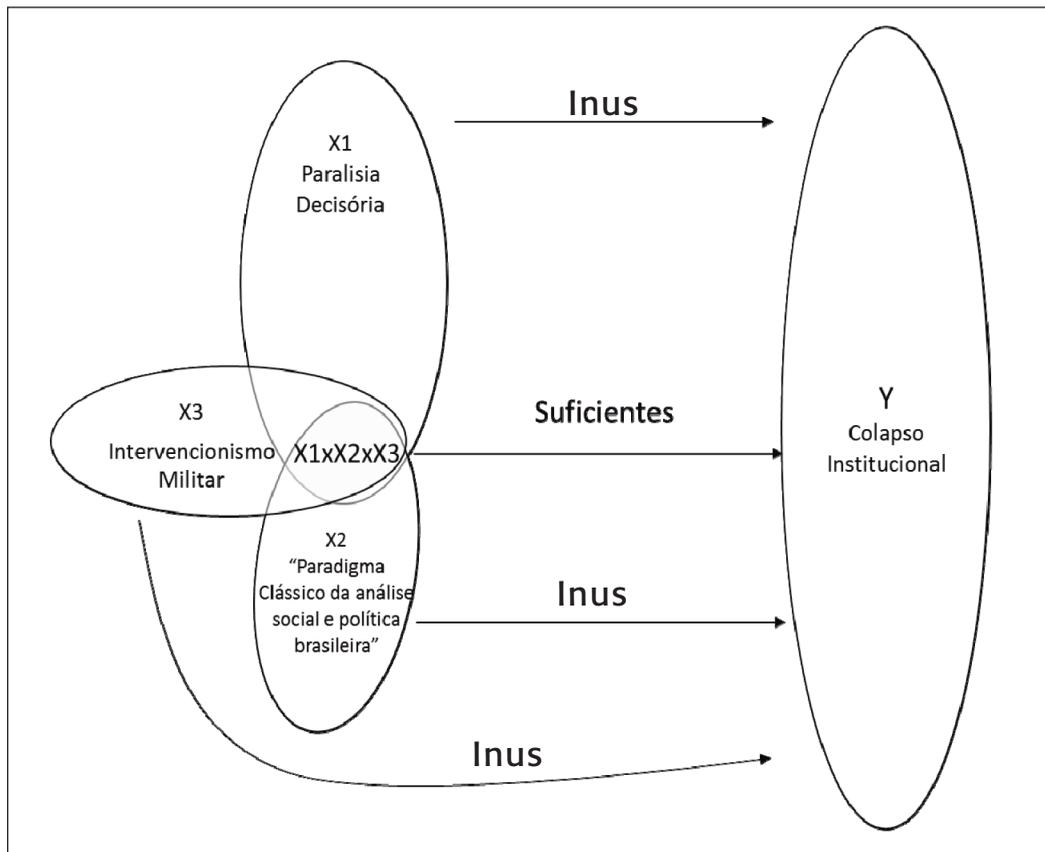
Destaque-se que os testes fortes são também úteis para eliminar hipóteses como suficientes, não para identificar uma causa suficiente. Aqui se verifica uma confusão na linguagem do MHC que exige bastante cuidado por parte daqueles que o empregam. Por aquele critério, o teste básico que, em nossa leitura, Santos efetuou pode ser concebido com um teste forte de todas as hipóteses do “paradigma clássico da análise social e política brasileira”: se estavam presentes em momentos em que houve e não houve o golpe, então, elas, as hipóteses, não são suficientes para explicar o golpe. Todavia, se as condições estabelecidas pelo paradigma clássico estavam presentes no ano do golpe, não se pode dizer que elas *não* sejam necessárias para explicar o golpe. Elas apenas não são suficientes sozinhas, uma vez que não levaram à ruptura institucional em 1954 ou 1961. Ou seja, o modo de relacionamento entre a hipótese de Santos e as do paradigma é do tipo congruente. Além disso, elas podem ser até conciliadas: as condições estabelecidas pelo referido paradigma só são conducentes ao golpe se conjugadas com uma crise de paralisia decisória. Aqui, mais uma vez, a paralisia decisória aparece como uma típica condição do tipo Inus. Porém, trata-se de uma Inus mais possante do que o paradigma clássico por ser mais rara. Ou seja, é muito mais difícil a eclosão de uma crise de paralisia decisória do que o estabelecimento da luta de classes, o conflito entre um Executivo progressista e um Congresso conservador e o intervencionismo militar. Para uma melhor visualização da atuação das condições Inus, do relacionamento entre elas e dos seus efeitos suficientes sobre a resultante, desenhamos a figura 5.

Na figura 5, então, a paralisia decisória (X1), “o paradigma clássico de análise social e política brasileira” (X2) e o intervencionismo militar (X3) são condições Inus do colapso institucional (Y). Ou seja, quando atuam em conjunto (X1xX2xX3), são suficientes para a ocorrência do resultado. Todavia, note-se que a área da elipse em que se encontra a paralisia decisória é maior do que a dos outros dois fatores, indicando ser aquele mais forte do que

esses. O relacionamento entre as condições e a resultante pode ser também representado por meio de um fluxograma, em que ficam mais evidentes os tipos de relações causais ou ontológicas e a álgebra booleana, como se vê logo a seguir.

Figura 5

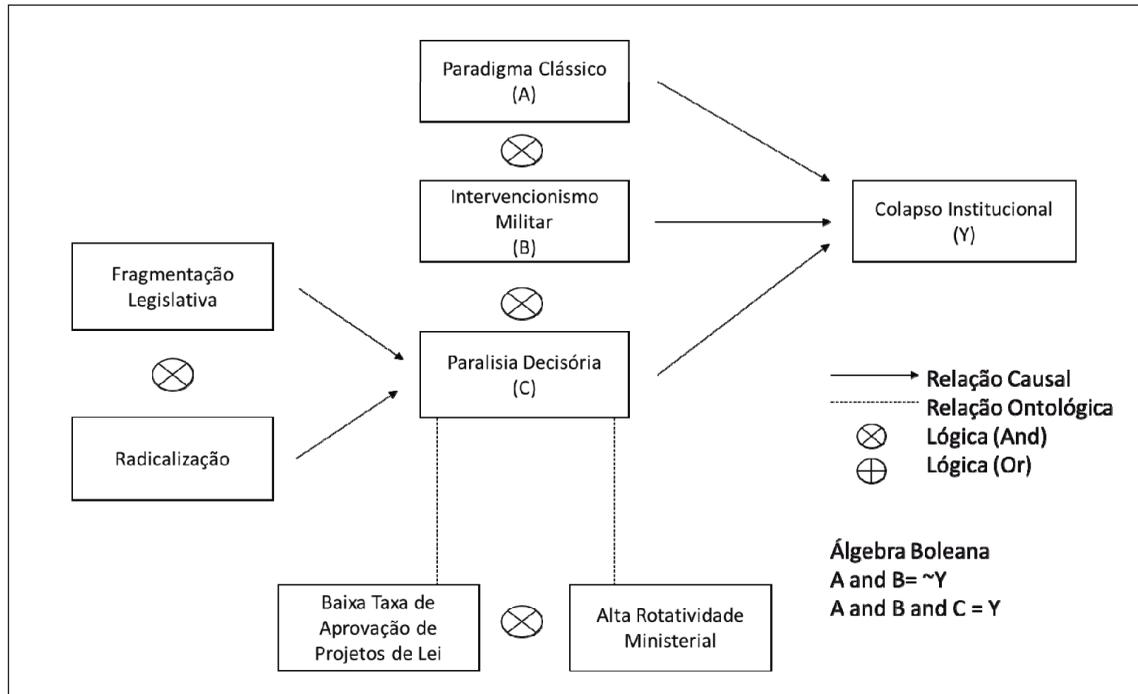
Diagramas de Venn relativos às condições explicativas do colapso institucional de 1964 de acordo com Santos (1986) e o “paradigma clássico da análise social e política brasileira”



Fonte: Adaptada de Santos (1986).

Em suma, a aplicação do MHC à obra de Santos oferece um relevante ganho analítico, ao permitir a identificação mais precisa (1) do *status* causal dos fatores propostos por esse autor e pelo “paradigma clássico da análise social e política brasileira”, (2) do tipo de relacionamento que há entre tais fatores e (3) do tipo de testes empíricos utilizados pelo referido autor.

Figura 6
Fluxograma relativo à política brasileira no começo da década de 1960



Fonte: Adaptada de Santos (1986).

3. Aplicando o MHC à política externa argentina (PEA)

Nesta seção, resenharemos alguns trabalhos recentes sobre a PEA. Nosso objetivo principal é identificar, a partir do MHC, quais são as principais causas das mudanças na ação internacional de Buenos Aires.

3.1 As condições explicativas da política externa argentina (PEA)

A fim de compreender as condicionantes da PEA, duas vertentes principais serão abordadas. A primeira enfatiza as variáveis explicativas domésticas (Malamud, 2011; Russell e Tokatlian, 2014). A segunda diz respeito à relevância do entorno regional e do nível sistêmico para a busca de autonomia diplomática por Buenos Aires (Russell e Tokatlian, 2003, 2013).

Segundo Malamud (2011) e Russell e Tokatlian (2014), a PEA pode ser sintetizada em quatro períodos distintos. O primeiro vai de 1880 até os anos 1930, sendo considerado a era europeísta da Argentina, marcada pela oposição aos EUA e pelo distanciamento *vis-à-vis* a América Latina. O segundo período vai da Segunda Guerra Mundial até o final dos anos 1980,

tendo como características o retorno à região e o incentivo à sua integração, especialmente econômica, e o não alinhamento com Washington. O terceiro período começa com o fim da Guerra Fria e vai até a ascensão dos Kirchners à presidência no começo do século XXI, cujo principal traço inicial é o alinhamento automático aos EUA, sobretudo durante os governos de Carlos Menem, do Partido Justicialista (ou peronista). Segundo Malamud (2011:91), a grande flexibilidade ideológica dessa agremiação permitiu a inflexão recente, sob os Kirchners, também peronistas, em direção a uma política externa que tem como pilares o nacionalismo, o populismo e a oposição ao neoliberalismo.

As proposições dos três autores referidos podem ser traduzidas para a linguagem do MHC da seguinte maneira: alterações no vértice do sistema político (a presidência), independentemente da manutenção do mesmo partido no poder, são condições para as mudanças na PEA. Entretanto, como veremos a seguir, sem a permissividade dos fatores sistêmicos e regionais, tais preferências são insuficientes para gerar mudanças. Portanto, apesar de ser o fator causal mais frequentemente destacado pela literatura acadêmica, não é capaz, sozinho, de alterar os rumos da PEA.

Quais são os outros fatores relevantes para mudanças na PEA? De acordo com Russell e Tokatlian (2003, 2013), há que se considerar (1) as relações da Argentina com os EUA; (2) a estrutura do sistema internacional; (3) as relações regionais, especialmente no que se refere ao balanço de poder na América do Sul; (4) o papel do Brasil e sua emergência nos planos regional e global; e (5) o poder material da Argentina.

A partir da observação de dois períodos distintos da PEA, os anos 1990 e o século XXI, constata-se que mudanças na estrutura do sistema internacional coincidiram com mudanças no titular da Casa Rosada. Entretanto, as análises menos centradas no ambiente doméstico sustentam que a unipolaridade que emergira a partir do fim da Guerra Fria atuou sobre as preferências do país, sobretudo ao impor o modelo neoliberal de inserção internacional. Contudo, a redistribuição do poder internacional — gerada, no século XXI, pela ascensão da China e pelo relativo declínio dos EUA — abriu espaço para o aumento de um ativismo diplomático contrário aos interesses estadunidenses por parte de uma série de países. Além disso, no início do atual século, os países da América Latina se viram premidos a responder ao patente unilateralismo da estratégia de Washington no combate ao terrorismo transnacional. Assim, diferentes formas de busca pela autonomia foram adotadas pela PEA, todas, segundo Russell e Tokatlian (2013), com o objetivo de promover o desenvolvimento nacional. Tal autonomia seria relativa tanto aos EUA quanto à região. A seguir, tratamos da última.

No tocante à região sul-americana, a Argentina adotou uma postura de inserção seletiva e, quando pôde, empreendeu ações de equilíbrio de poder *vis-à-vis* o Brasil. De acordo com Malamud (2011), dois exemplos devem ser destacados: o apoio à Venezuela bolivariana e a disputa por um posto permanente ao Conselho de Segurança da ONU. Valendo-nos do MHC, podemos postular que as ações do Brasil são condicionantes da PEA, mas não são, por si só, necessárias para alterar os rumos desta. O mesmo se pode dizer das mudanças no sistema internacional. Esses dois fatores, por terem um impacto menos frequente, são apenas partes da explicação, operando, portanto, como Inus da PEA. Ou seja, a política externa brasileira e a estrutura internacional não são nem condições necessárias nem suficientes de mudanças na PEA.

No que diz respeito ao poder material da Argentina, este tem sido decrescente nas últimas décadas e de forma contínua. Seus efeitos, contudo, não são claros. Por um lado, pode, em alguma medida, explicar o alinhamento aos EUA na década de 1990. Ou seja, a perda de poder teria ensejado o acoplamento à potência hegemônica global. Por outro, essa mesma perda pode gerar um grave ressentimento contra as imposições dos EUA, explicando também a oposição de Buenos Aires a Washington no século XXI. Ou seja, o efeito da perda de poder material depende do contexto em que se dá e de mecanismos que ainda não foram devidamente analisados. Portanto, à luz da bibliografia aqui abordada, não podemos precisar se o poder material tem papel decisivo nas mudanças da PEA, mas consideramos que pode ter papel necessário quando em conjunto com os outros fatores analisados.

Convém, contudo, registrar que a atuação recente da China no financiamento externo da economia argentina tem permitido a retomada, por parte de Buenos Aires, de um maior ativismo internacional, especialmente se comparado ao perfil baixo adotado nos primeiros anos do século XXI. Ou seja, pode-se dizer que a China tem sido também uma condição do tipo *Inus* de mudanças na PEA.

De maneira complementar, Russell e Tokatlian (2014:131) afirmam que o período que vai do fim da Guerra Fria até 2001 foi marcado pela interação entre o ambiente externo e o doméstico. Entre os fatores externos elencados, figuram o papel central dos Estados Unidos e o da expansão da globalização de cunho neoliberal por meio do “Consenso de Washington”. No tocante ao âmbito interno, os dois autores destacam o papel do presidente e suas crenças, e a crise econômica argentina. Esses fatores, em interseção, explicariam a ligação mais nítida com a potência hegemônica entre 1990 e 2001. Ou seja, a hegemonia estadunidense, especialmente a econômica, após o fim da Guerra Fria, funcionou como condição para as mudanças na PEA, pois atuou como fator permissivo das mudanças implementadas por Carlos Menem. Assim, as mudanças principais na PEA resultaram, segundo Russell e Tokatlian (2014:131-132), do reconhecimento, por aquele presidente, da exaustão do modelo de desenvolvimento nacional de origem peronista e da constatação de serem as alianças com potências hegemônicas fundamentais para conferir à Argentina uma posição internacional superior à que facultariam as capacidades materiais do país.

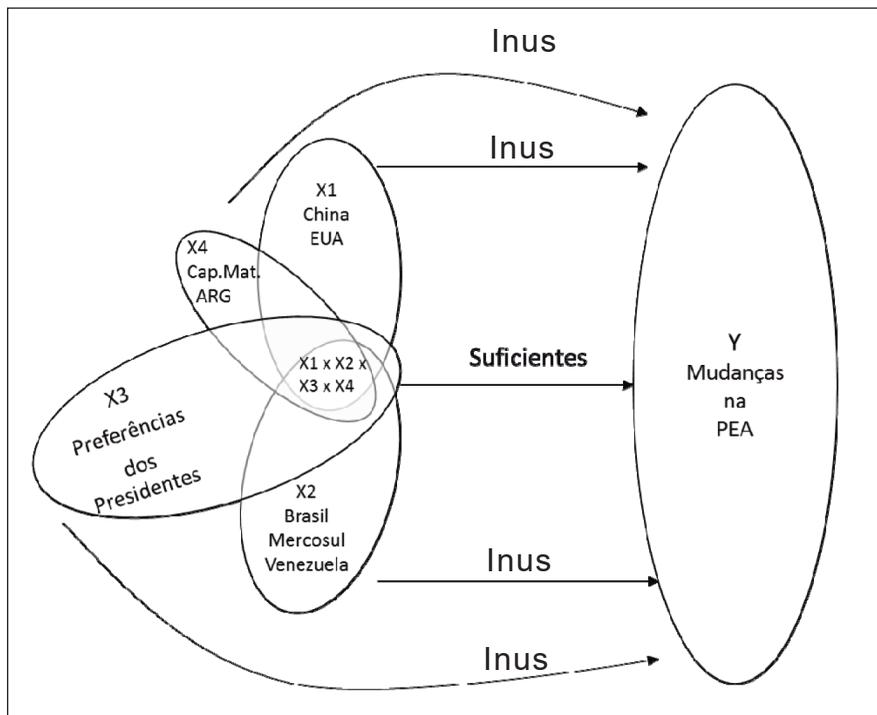
Aplicando-se o MHC às análises empreendidas pelos estudiosos da ação internacional de Buenos Aires, podemos estabelecer o seguinte: (1) a *Inus* que mais fortemente atuou sobre a PEA diz respeito às preferências dos presidentes; (2) as mudanças estruturais estabeleceram o leque de escolhas que poderiam ser feitas pelos presidentes; (3) dado que nem as mudanças estruturais nem as preferências logram explicar, isoladamente, as mudanças na PEA, elas atuam como *Inus*. Outros fatores, ligados ao âmbito regional, principalmente o Mercosul e o Brasil, também atuaram sobre a PEA, o que os fazem de *Inus* desta. Ou seja, a presença desses fatores regionais levou a mudanças na PEA, mas outras condições causais também contribuíram para gerar esse resultado. De forma semelhante, atuaram as capacidades materiais da Argentina: trata-se do fator que possibilitou um maior peso das outras condições, pois seu papel decresceu agudamente ao longo do pós-Guerra Fria. Todavia, esse resultado não se gera apenas em virtude da decadência econômica, pois, desde o fim da Guerra das Malvinas em 1982, tem havido

também uma radical redução do poder militar do país, muito maior do que justificariam as frequentes quedas do PIB. Mudanças na PEA decorrem, portanto, de uma combinação de condições do tipo Inus, as quais, em conjunto, são suficientes para a concretização daquelas.

Cumprir notar ainda que as hipóteses principais sobre a PEA aqui tratadas são congruentes e, portanto, há algum grau de complementaridade entre os fatores elencados anteriormente. Além disso, é possível afirmar que os autores realizaram, de forma implícita, testes sugestivos sobre suas hipóteses. Isso significa que as evidências utilizadas não as comprovam, permitindo apenas algum enfraquecimento das hipóteses rivais, em especial, as contrárias ao pragmatismo da PEA em anos recentes.

Mais uma vez, recorreremos aqui aos diagramas de Venn para a representação gráfica das condições explicativas da PEA. Na figura 7, encontram-se as principais condições do tipo Inus da PEA, isto é, as condicionantes estruturais recentes (X1), constituídas por EUA e China; as condicionantes regionais mais relevantes (X2), constituídas por Brasil, Venezuela e o Mercosul, as condicionantes internas mais relevantes, as preferências dos presidentes (X3) e as capacidades materiais do país (X4). Esses fatores, em conjunto (X1xX2xX3xX4), são suficientes para explicar as mudanças na PEA (Y).

Figura 7
Diagramas de Venn relativos às principais condições explicativas da política externa argentina (PEA)



Fonte: Adaptada de Malamud (2005, 2011) e Russell e Tokatlian (2003, 2013, 2014).

O diagrama permite a visualização do poder explicativo dos fatores por meio das áreas das elipses localizadas no lado esquerdo da figura. Assim, as preferências dos presidentes (X3) são a condição mais relevante. Além disso, fica claro que a condição suficiente, ou o subconjunto formado pela interseção entre X1, X2, X3 e X4, deve ter tamanho menor do que a resultante, segundo as definições de suficiência e necessidade do MHC descritas na segunda seção deste manuscrito.

Por último, com relação à PEA no século XXI, a literatura indica que tem sido influenciada por diversos fatores, mas a diplomacia presidencial destaca-se como a condição fundamental (Malamud, 2005), o que significa a prevalência de fatores domésticos sobre os externos (ex.: o poder material, as ameaças regionais e as pressões em prol do balanceamento externo [Malamud, 2011:88]).

Em suma, o período recente é, então, aquele em que há “a supremacia do interno” (Russell e Tokatlían, 2014:133), durante o qual as preferências dos presidentes têm moldado sobremaneira a PEA, ao contrário do que aconteceu em períodos anteriores, ao longo dos quais havia uma considerável interação entre o plano externo e o plano interno. Segundo aqueles autores, as mudanças sistêmicas verificadas no século XXI (redistribuição do poder e da riqueza, ausência de regras internacionais efetivas, o relativo declínio do Ocidente e ainda o grande crescimento dos preços dos produtos primários) ofereceram à Argentina oportunidades estratégicas e um grau de autonomia distintos dos períodos anteriores. Essas oportunidades foram percebidas pelos presidentes, que optaram por modificar a PEA, passando a distanciar-se dos EUA e da Europa, aproximar-se da China e, ao nível regional, priorizar as relações com o Brasil. Segundo Malamud (2011:92), ao longo desse período, a PEA se caracterizou pelo pragmatismo das relações com o Brasil (Mercosul), pelas relações com a Venezuela, que servem para equilibrar o poder do Brasil, e pelo relativo distanciamento *vis-à-vis* os EUA, apesar de haver interesses importantes argentinos neste país e no Fundo Monetário Internacional (FMI). Além disso, a diplomacia dos Kirchners, conquanto se tenha valido de uma retórica histriônica, adotou uma prática mais pragmática na busca por recursos financeiros internacionais e de votos nas eleições nacionais (Malamud, 2011).

Enfim, o fator causal mais relevante da ação internacional de Buenos Aires são as preferências dos presidentes. Essa condição, apesar de ser *Inus*, tem mais relevo do que as outras (mudanças sistêmicas, o papel do Brasil e da Venezuela, as relações com os EUA e com a China, e as declinantes capacidades materiais da Argentina). Esses elementos, em conjunto, permitem a identificação das causas principais do fenômeno em tela. Todavia, por não terem efeitos significativos quando atuam singularmente, tais elementos devem ser designados como condições do tipo *Inus* de mudanças na PEA.

Por último, cumpre notar que os trabalhos sobre a PEA aqui resenhados são excelentes análises que se valem primordialmente de material empírico de cunho histórico. São estudos de caso de natureza qualitativa, mas sem grandes preocupações metodológicas. Assim, o valor de se aplicar o MHC à análise da PEA residiria justamente em dar maior disciplina ao esforço de validação empírica das principais proposições explicativas, o que, por sua vez, levaria a

uma calibragem mais precisa da linguagem utilizada nas conclusões, forçando também os autores a considerarem, de maneira mais sistemática, hipóteses concorrentes.

4. Considerações finais

Qual é o valor do MHC? A primeira resposta não é absoluta, mas relativa aos méritos do MRM. A diferença fundamental entre o MHC e o MRM está no tipo de pergunta que cada um faz. Enquanto o primeiro quer saber as causas de efeitos, o segundo procura identificar os efeitos de causas (Mahoney, 2010). Na prática, isso significa que, para um adepto do MHC, é preciso ter muito claro um fenômeno historicamente dado e que se deseje oferecer-lhe uma explicação que supõe um conhecimento profundo do contexto que o gerou. Trata-se de perguntar o que causou o golpe de 1964 no Brasil ou uma ampla reforma administrativa nos EUA em 1883, não de querer saber qual é o impacto dos diferentes sistemas de governo sobre a longevidade das constituições democráticas. Perguntas distintas exigem métodos distintos.

A segunda resposta à pergunta, porém, tem a ver com o propósito dos métodos em geral. Em seu clássico trabalho, King, Keohane e Verba (1994:7), advogados do MRM, afirmam que o grande benefício gerado pelos métodos é disciplinar o pensamento. Essa máxima também vale para o MHC, sobretudo se tivermos em mente a falta de fundamentação metodológica que geralmente caracteriza os trabalhos de cunho qualitativo publicados no Brasil (Cano, 2012; Hocayen-da-Silva et al., 2008; Neiva, 2015; Peci e Fornazin, no prelo; Soares, 2005). O esforço de definir a natureza das condições causais identificadas (necessárias, suficientes, necessárias e suficientes, Inus e Suin) em pesquisas que se valem de material histórico é o primeiro passo na busca do disciplinamento. O segundo é realizar o mapeamento de processos com o fito de contrastar hipóteses.

Grandes politólogos, como Wanderley Guilherme dos Santos, dão aqueles passos natural e implicitamente. Porém, para uma academia de massas, como é a brasileira hoje em dia, é imperativa a utilização explícita de métodos como o MHC, de modo que se discipline efetivamente o pensamento de jovens cientistas sociais e administradores públicos afeitos à tradição de pesquisa qualitativa e esta se fortaleça diante da tradição quantitativa, cada vez mais dominante no mundo inteiro por conta da revolução digital.

É fundamental ressaltar que a aplicação do MHC não significa necessariamente facilitar a realização de pesquisas acadêmicas. Pelo contrário. Enquanto a farta disponibilidade de dados na internet e a proliferação de programas estatísticos têm, sem dúvida, facilitado as pesquisas lastreadas no MRM, os adeptos do MHC jamais devem esquecer que têm que conhecer profundamente a história dos casos que analisam, o que implica ler muito, coisa para a qual nosso agitado mundo moderno não oferece tempo suficiente. Ou seja, o conhecimento histórico não se descarrega da internet. Portanto, os jovens acadêmicos que desejem adotar o MHC devem ter uma disciplina prussiana para a leitura.

Outro aspecto vital do MHC está na forte preocupação com a elaboração conceitual, aspecto de que Goertz (2006) nos dá conta de maneira brilhante. Enquanto o maior desafio

do MRM é encontrar indicadores operacionais que permitam uma válida e confiável quantificação de conceitos, o MHC está mais preocupado com a elaboração dos mecanismos causais, um esforço eminentemente conceitual, como bem mostram Falleti e Lynch (2009). Aqui, mais uma vez, Santos (1986) mostra a excelência do seu trabalho, ao lapidar de maneira tão cuidadosa o conceito de “crise de paralisia decisória” para explicar o golpe de 1964 no Brasil.

Por último, a devida consideração ao trabalho alheio é de suma relevância para a confrontação de hipóteses por meio do mapeamento de processos. Isso parece óbvio, mas, na academia brasileira, uma prática comum é fingir que os trabalhos dos quais não se gosta inexistem. Para que o MHC possa florescer entre nós, reconhecer e dialogar com o outro é condição necessária, conquanto não suficiente.

Referências

- BARBOZA, Danilo P.; GODOY, Samuel R. Superando o calcanhar metodológico? Mapeamento e evolução recente da formação em métodos de pesquisa na pós-graduação em ciência política no Brasil. In: SEMINÁRIO DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA DA USP, IV, 2014, São Paulo.
- BARZELAY, Michael; GALLEGO, Raquel. The comparative historical analysis of public management policy cycles in France, Italy, and Spain: symposium introduction. *Governance*, v. 23, n. 2, p. 209-223, 2010.
- BENNETT, Andrew. Process tracing and causal inference. In: BRADY, Henry; COLLIER, David (Ed.). *Rethinking social inquiry: diverse tools, shared standards*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2010. p. 207-219.
- BENNETT, Andrew; ELMAN, Colin. Case study methods in the international relations subfield. *Comparative Political Studies*, v. 40, n. 2, p. 170-195, 2007.
- BRAUMOELLER, Bear F.; GOERTZ, Gary. The methodology of necessary conditions. *American Journal of Political Science*, v. 44, n. 4, p. 844-858, 2000.
- CANO, Ignacio. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. *Sociologias*, v. 14, n. 31, p. 94-119, 2012.
- CARVALHO, Cristina A. P. de; VIEIRA, Marcelo M. F.; LOPES, Fernando D. Contribuições da perspectiva institucional para análise das organizações. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 24., 1999, Foz do Iguaçu. *Anais... Foz do Iguaçu: Anpad*, 1999. CD-ROM.
- COLLIER, David. Teaching process tracing: exercises and examples. *PS: Political Science and Politics*, v. 44, n. 4, p. 823-830, 2011b.
- COLLIER, David. Understanding process tracing. *PS: Political Science & Politics*, v. 44, n. 4, p. 823-830, 2011a.

FADUL, Élvia et al. A administração pública no Brasil: reflexões sobre o campo de saber a partir da divisão acadêmica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (2009-2013). *Rev. Adm. Pública*, v. 48, n. 5, p. 1329-1354, set./out. 2014.

FALLETI, Tulia. A sequential theory of decentralization: Latin American cases in comparative perspective. *American Political Science Review*, v. 99, n. 3, p. 327-346, 2005.

FALLETI, Tulia G. *Decentralization and subnational politics in Latin America*. Cambridge University Press, 2010.

FALLETI, Tulia; LYNCH, Julia. Context and causal mechanisms in political analysis. *Comparative Political Studies*, v. 42, n. 9, p. 1143-1166, 2009.

GEORGE, Alexander L.; BENNETT, Andrew. *Case studies and theory development in the social sciences*. Cambridge: MIT Press, 2005.

GODOI, Christiane K.; BALSINI, Cristina P. V. A metodologia qualitativa nos estudos organizacionais: análise da produção científica brasileira entre 1997 e 2003. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, III, 2004, Atibaia. *Anais...* Atibaia: Anpad, 2004. CD-ROM

GOERTZ, Gary. *Social science concepts: a user's guide*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

GOERTZ, Gary; MAHONEY, James. *A tale of two cultures: qualitative and quantitative research in the social sciences*. Princeton: Princeton University Press, 2012.

GOERTZ, Gary; STARR, Harvey (Ed.). *Necessary conditions: theory, methodology, and applications*. Oxford: Rowman & Littlefield, 2003.

HOCAYEN-DA-SILVA, Antônio João; ROSSONI, Luciano; FERREIRA JR., Israel. Administração pública e gestão social: a produção científica brasileira entre 2000 e 2005. *Rev. Adm. Pública*, v. 42, n. 4, p. 655-680, jul./ago. 2008.

KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

LEVY, Jack; GOERTZ, Gary (Ed.). *Explaining war and peace: case studies and necessary condition counterfactuals*. Londres: Routledge, 2007.

LIEBERMAN, Evan S. Nested analysis as a mixed-method strategy for comparative research. *American Political Science Review*, v. 99, n. 3, p. 435-452, 2005.

MAHONEY, James. After KKV: the new methodology of qualitative research. *World Politics*, v. 62, n. 1, p. 120-147, 2010.

MAHONEY, James. The logic of process tracing tests in the social sciences. *Sociological Methods and Research*, v. 41, n. 4, p. 566-590, 2012.

MAHONEY, James. Toward a unified theory of causality. *Comparative Political Studies*, v. 41, n. 4-5, p. 412-436, 2008.

MAHONEY, James; KIMBALL, Erin; KOIVU, Kendra L. The logic of historical explanation in the social sciences. *Comparative Political Studies*, v. 42, n. 1, p. 114-146, 2009.

- MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich (Ed.). *Comparative historical analysis in the social sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- MAHONEY, James; THELEN, Kathleen (Ed.). *Explaining institutional change: ambiguity, agency, and power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- MAHONEY, James; VANDERPOEL, Rachel S. Set diagrams and qualitative research. *Comparative Political Studies*, v. 48, n. 1, p. 65-100, 2015.
- MALAMUD, Andres. Argentine foreign policy under the Kirchners: ideological, pragmatic, or simply Peronist? In: GARDINI, Gian L.; LAMBERT, Peter (Ed.). *Latin America foreign policies: between ideology and pragmatism*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2011. p. 87-102.
- MALAMUD, Andrés. Presidential diplomacy and the institutional underpinnings of Mercosur: an empirical examination. *Latin American Research Review*, v. 40, n. 1, p. 138-164, 2005.
- MOORE JR., Barrington. *Social origins of dictatorship and democracy: lord and peasant in the making of the modern world*. Boston: Beacon, 1966.
- NEIVA, Pedro. Revisitando o calcanhar de Aquiles metodológico das ciências sociais no Brasil. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 79, p. 65-83, 2015.
- PECI, Alketa; FORNAZIN, Marcelo. Knowledge-building process of public administration research: a comparative perspective between Brazil and North American contexts. *International Review of Administrative Sciences*. No prelo.
- RAGIN, Charles C. *Redesigning social inquiry: Fuzzy sets and beyond*. Chicago: University of Chicago Press, 2008.
- RESE, Natália et al. A análise de narrativas como metodologia possível para os estudos organizacionais sob a perspectiva da estratégia como prática: “uma estória baseada em fatos reais”. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, VI, 2010, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Anpad, 2010. CD-ROM.
- REZENDE, Flávio da Cunha. Fronteiras de integração entre métodos quantitativos e qualitativos na ciência política comparada. *Revista Teoria & Sociedade*, n. 22.2, p. 40-74, jul./dez. 2014.
- ROHLFING, Ingo. What you see and what you get pitfalls and principles of nested analysis in comparative research. *Comparative Political Studies*, v. 41, n. 11, p. 1492-1514, 2008.
- RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan G. Argentina’s foreign policy. In: DOMINGUEZ, Jorge; COVARRUBIAS, Ana (Org.). *Routledge handbook of Latin American in the World*. Nova York: Routledge, 2014. p. 127-138.
- RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan G. From antagonistic autonomy to relational autonomy: a theoretical reflection from the Southern Cone. *Latin American Politics and Society*, v. 45, n. 1, p. 1-24, 2003.
- RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan G. Implications of the global and regional changes for Argentina’s foreign relations. *Journal of Iberian and Latin American Research*, v. 19, n. 2, p. 251-267, 2013.

RUSSETT, Bruce. *Grasping the democratic peace: principles for a post-Cold War world*. Princeton: Princeton University press, 1994.

SANTOS, Reginaldo S.; RIBEIRO, Elizabeth R. M.; CHAGAS, Thiago. Bases teórico-metodológicas da administração política. *Rev. Adm. Pública*, v. 43, n. 4, p. 919-941, jul./ago. 2009.

SANTOS, Wanderley G. dos. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.

SOARES, Gláucio A. D. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 48, p. 27-52, 2005.

TEIXEIRA, Renato F.; PACHECO, Maria E. C. Pesquisa social e a valorização da abordagem qualitativa no curso de administração: a quebra dos paradigmas científicos. *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 55-68, 2005.

VAN EVERA, Stephen. *Guide to methods for students of political science*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1997.

WICKHAM-CROWLEY, Timothy P. A qualitative comparative approach to Latin American revolutions. *International Journal of Comparative Sociology*, v. 32, n. 1-2, p. 82-109, 1991.

ZAKS, Sherry. *Relationships among rivals: analyzing contenting hypotheses with a new logic of process tracing*. In: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, Seattle, Washington, 2011.

Octavio Amorim Neto é professor associado da Escola de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ebape). E-mail: octavio.amorim.neto@fgv.br.

Júlio César Cossio Rodriguez é professor adjunto do Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal de Sergipe. E-mail: juliocossio@gmail.com.